



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ  
Rua Sólon de Lucena nº. 10 – Centro  
CNPJ – 08.767.154/0001-15

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei nº. 253/75, de 20 de novembro de 1975.

**BREJO DO CRUZ-PB, QUINTA-FEIRA – 16 DE DEZEMBRO DE 2021**

## ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**Portaria Nº 408/2021 Brejo do Cruz, 16 de dezembro de 2021.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ, ESTADO DA PARAÍBA, usando das suas atribuições legais, e considerando a Lei de nº 864/2010 – Regime Jurídico Único, Lei nº 1066/2019 – Estrutura Administrativa e da Lei Orgânica Municipal.**

RESOLVE:

Art.1º - Nomear CRISTIANE DE AZEVEDO GOMES, no Cargo Comissionado de ASSESSOR DE FINANÇAS II, código PMBC-CC-09, inserido na secretaria de finanças do Município de Brejo do Cruz – PB.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, com efeito retroativo ao dia 01 de dezembro de 2021.

Comunique-se  
Cumpra-se

Brejo do Cruz - PB, 16 de dezembro de 2021

TALES TORRICELLI DE SOUSA COSTA E SILVA

**Prefeito Municipal**

**LEI Nº 1143, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.**

**Dispõe sobre a concessão do Abono-FUNDEB aos profissionais da educação básica da rede municipal de ensino e dá outras providências.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BREJO DO CRUZ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo, em caráter excepcional e transitório, concederá aos Profissionais da educação básica vinculados à Secretaria da Educação, no exercício de 2021, Abono-FUNDEB, para fins de cumprimento do índice constitucional de 70% do FUNDEB.

Parágrafo único - O valor global destinado ao pagamento do Abono-FUNDEB será estabelecido em decreto, e não poderá ser superior à quantia necessária para integrar 70,1% (setenta vírgula um por cento) dos recursos disponíveis na conta municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, relativos ao exercício de 2021.

Art. 2º Receberão o abono previsto no artigo 1º desta lei os profissionais da educação básica: aqueles definidos nos termos do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em caráter

provisório e excepcional, no exercício de 2021, para fins de cumprimento do disposto no inciso XI, do art. 212-A, da Constituição Federal.

Art. 3º As “sobras” de recursos dos 70% do FUNDEB serão distribuídas proporcionalmente aos vencimentos dos profissionais da educação básica da rede municipal de ensino que estejam em efetivo exercício na data da concessão do abono.

Parágrafo único. O profissional da educação básica de que trata este artigo que foi admitido no curso do ano letivo terá o pagamento sob a forma de abono calculado na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês integral de efetivo exercício.

Art. 4º Não poderá o Chefe do Poder Executivo estabelecer quantia superior à necessária para alcançar o percentual mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB com o pagamento de profissionais da educação básica previsto na Emenda Constitucional nº 108/2020 e artigo 26 da Lei nº 14.113/2020, relativos ao exercício de 2021.

Art. 5º O pagamento sob a forma de abono será realizado até 31 de dezembro de 2021, em parcela única.

Parágrafo único. Caso o servidor seja titular de mais de um vínculo com a Secretaria da Educação, fará “jus” apenas a um abono.

Art. 6º O valor do abono não será incorporado aos vencimentos ou ao subsídio para nenhum efeito, bem como não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária, e sobre ele não incidirão os descontos previdenciários, apenas o tributável, qual seja, imposto de renda retido na fonte.

Art. 7º O disposto nesta lei complementar não se aplica aos inativos e pensionistas.

Art. 8º As despesas decorrentes desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o corrente exercício, nos termos do artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, créditos suplementares até o limite do montante de 70,1% (setenta inteiros e um centésimo por cento) dos recursos disponíveis na conta municipal do FUNDEB, relativos ao exercício de 2021.

Art. 9º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 2021.

TALES TORRICELLI DE SOUSA COSTA E SILVA  
PREFEITO CONSTITUCIONAL



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ  
Rua Sólon de Lucena nº. 10 – Centro  
CNPJ – 08.767.154/0001-15

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei nº. 253/75, de 20 de novembro de 1975.

**BREJO DO CRUZ-PB, QUINTA-FEIRA – 16 DE DEZEMBRO DE 2021**

## LEI Nº 1144, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

**Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo do município de Brejo do Cruz e dá outras providências.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BREJO DO CRUZ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E CONCEITOS

Art. 1º. Fica instituído o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo do município de Brejo do Cruz.

Art. 2º. O Plano de que trata esta Lei tem por princípios norteadores:

- I – Racionalização da estrutura de cargos e carreiras;
- II – Legalidade e segurança jurídica;
- III – Estímulo e desenvolvimento profissional e à qualificação funcional;
- IV – Reconhecimento e valorização do servidor público pelos serviços prestados, conhecimento adquirido e desempenho profissional.

Art. 3º. São adotados, para fins de aplicação desta Lei, os seguintes conceitos:

- a) Servidor: pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo e função pública;
- b) Cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional atribuídas a um servidor, cuja investidura depende de aprovação em concurso público para provimento efetivo.
- c) Função: ocupação. Ofício ou profissão, com complexidade de tarefas, responsabilidades e atribuições inerentes ao cargo público;
- d) Carreira: estrutura de desenvolvimento funcional e profissional, operacionalizada por meio de passagens de níveis imediatamente superiores, no cargo do servidor;
- e) Plano de Carreira: instrumento de gestão consistente na reunião de normas, princípios e diretrizes que regulam o desenvolvimento do servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo em uma carreira;
- f) Padrão Salarial: indicativo da posição salarial em que o servidor poderá estar, de acordo com o cargo, segundo escala hierárquica definida pela habilitação escolar e tempo de desempenho funcional;
- g) Nível: indicativo da posição salarial em que o servidor poderá estar, de acordo com o cargo, segundo escala hierárquica definida pela habilitação escolar e tempo de desempenho funcional;

h) Tabela de Vencimentos: conjunto dos padrões salariais, hierarquicamente organizados para identificação dos valores dos vencimentos básicos dos cargos efetivos do PCCR;

i) Vencimento: retribuição pecuniária mensal devida ao servidor pelo exercício do cargo ou função, conforme símbolo, padrão, nível e valores fixados em lei;

j) Remuneração: total da retribuição pecuniária mensal recebida pelo servidor e correspondente ao somatório do vencimento e vantagens pecuniárias de caráter pessoal, funcional, devida de conformidade com leis ou regulamento;

k) Adicional: vantagem pecuniária que retribui situações referentes ao desempenho de atribuições especiais em caráter continuado;

l) Gratificação: vantagem pecuniária temporária que remunera o exercício da função em local, condições anormais de trabalho ou em razão da situação excepcional em que um serviço comum é executado ou prestado;

m) Cargo em Comissão: conjunto de atribuições e responsabilidades de direção, gerência, chefia, assessoramento ou assistência de órgãos, entidades ou unidades organizacionais da administração pública municipal e de provimento em confiança;

n) Progressão funcional: movimentação do servidor de um nível para outro superior, na tabela de vencimento própria a que pertence, atendidos os requisitos de tempo e grau de escolaridade;

o) Promoção: passagem do servidor de uma referência para outra, na tabela de vencimento própria a que pertence, em razão do desempenho profissional e tempo de serviço;

p) Quadro de pessoal: conjunto de cargos agrupados segundo sua natureza e complexidade, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

### CAPÍTULO II

#### DAS POLÍTICAS E DIRETRIZES

Art. 4º. Os objetivos das diretrizes políticas para a implantação do PCCR para os servidores da Câmara Municipal de Brejo do Cruz baseiam-se da seguinte forma:

I – Valorização e humanização dos servidores da Câmara Municipal por meio da reestruturação das carreiras e consequente otimização do aproveitamento do potencial dos servidores, evitando sua subutilização;

II – Implementação de programas de desenvolvimento e capacitação do servidor do Poder Legislativo e estímulo à sua qualificação;

III – Reconhecimento do mérito e da competência do servidor no desempenho das tarefas da função que ocupa, como condicionante ao seu processo de crescimento funcional;

IV – Adoção de Política Salarial compatível com a complexidade e responsabilidade das tarefas desempenhadas pelo servidor, obedecendo as determinações constitucionais;

V- Dimensionamento da força de trabalho visando à eficiência, a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços públicos.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ  
Rua Sólon de Lucena nº. 10 – Centro  
CNPJ – 08.767.154/0001-15

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei nº. 253/75, de 20 de novembro de 1975.

**BREJO DO CRUZ-PB, QUINTA-FEIRA – 16 DE DEZEMBRO DE 2021**

Art. 5º. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – Os requisitos para a investidura;

III – As peculiaridades dos cargos.

## CAPÍTULO - II

### DOS CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO

#### SEÇÃO - I

##### DOS CARGOS

Art. 6º. Os cargos da Câmara Municipal de Brejo do Cruz são definidos como cargos efetivo, comissionado e função gratificada.

I – Cargos Efetivo: técnico legislativo, técnico administrativo, agente de segurança e auxiliar de serviços gerais.

II - Cargos em Comissão: Tesoureiro, Secretário e assessor parlamentar.

III – Função Gratificada: diretor geral.

Parágrafo único: os cargos de que trata os incisos de I a III deste artigo já foram criados por legislação específica,

Art. 7º. As atribuições dos cargos de que trata o art. 6º. desta lei são as seguintes:

§1º. Dos Efetivos:

I – Técnico Legislativo: prestar suporte técnico à Câmara, plenário e as Comissões, além de desempenhar atividades de apoio administrativo;

II – Técnico Administrativo: Desenvolver atividades de apoio administrativo;

III – Agente de Segurança: zelar pela segurança das pessoas e do patrimônio;

IV - Auxiliar de Serviços Gerais: realizar serviços em geral, com foco na limpeza, copa e cozinha.

§2º. Para os cargos de técnico legislativo e administrativo é exigido nível médio e para os demais o ensino fundamental.

§3º. Dos Comissionados:

I – Tesoureiro: executar atividades administrativas e financeiras de tesouraria, lançamentos contábeis e conciliações bancária;

II – Secretário: orientar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas;

III – Assessor Parlamentar: assessorar os vereadores nos trabalhos legislativos.

§4º. Da Função Gratifica:

I – Diretor Geral: assessorar a presidência.

#### SEÇÃO - II

##### DA CARREIRA

Art. 8º. Fica assegurado aos servidores do Poder Legislativo Progressão Horizontal e Vertical.

§1º. A progressão horizontal dar-se-á de um nível para outro, levando-se em consideração a experiência profissional do servidor no cargo, disciplinado da seguinte maneira:

I – 5% (cinco por cento) por cada decênio de serviço prestado à Câmara Municipal;

II – A tabela de escalonamento deverá conter os níveis de I a V.

a) O nível “I” refere-se ao salário inicial na carreira e os demais a promoção;

§2º. A progressão vertical é privativa dos servidores de nível médio e acontecerá quando o servidor adquirir diploma de nível superior na área de Administração Pública, devendo ser obedecido o seguinte:

I – A elevação salarial deverá ser de 10% (dez por cento);

II - Haverá as classes “A” e “B”.

a) A classe “A” refere-se ao salário inicial na carreira e a classe “B” a promoção.

#### SEÇÃO - II

##### DA REMUNERAÇÃO

Art. 9º. Remuneração é o salário do servidor, acrescido de outras vantagens fixadas em lei ou regulamento.

Art.10. Salário é o vencimento básico, acrescido de outras vantagens pecuniárias fixadas em lei ou regulamento;

Art. 11. Vencimento é o valor do salário-base do servidor, sendo irredutível.

Art. 12. A remuneração dos servidores do Poder Legislativo é fixada em tabela, integrando esta Lei como Anexo I e II.

§1º. A tabela “I” trata sobre os servidores efetivos e deve constar, além de outras informações, nomenclatura do cargo, salário, níveis e letras;

§ 2º. A tabela “II” trata sobre os servidores comissionados e deve constar, além de outras informações, nomenclatura do cargo, salário, níveis e letras.

## CAPÍTULO

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 13. Os servidores de que trata esta Lei serão regidos pelo Regime Jurídico do Município.

Art. 14. É assegurado revisão geral anual no dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o estabelecido no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 15. É facultado ao servidor de outro órgão cedido à Câmara optar pela remuneração do cargo de origem ou do cargo do órgão ao qual encontra-se cedido e/ou no exercício de suas funções.

§1º. Para efeito de equivalência salarial entre um cargo e outro deve-se levar em consideração o nível de escolaridade do servidor para o qual o cargo exige.

I – Para efeito de equivalência deve ser considerado o cargo efetivo da Câmara.

§2º. Os adicionais e outras vantagens que o servidor tenha direito no cargo de origem deverá compor sua remuneração.

Art. 16. As despesas para cobertura da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária da Câmara Municipal.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ  
Rua Sólon de Lucena nº. 10 – Centro  
CNPJ – 08.767.154/0001-15

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei nº. 253/75, de 20 de novembro de 1975.

**BREJO DO CRUZ-PB, QUINTA-FEIRA – 16 DE DEZEMBRO DE 2021**

Art. 17. Ficam revogados as Leis Municipais nº. 665/1999, de 23 de abril de 1999; nº. 788/2007, de 20 de novembro de 2007; nº. 943/2014, de 23 de setembro de 2014; nº. 957, de 20 de abril de 2015; e nº. 1.024/2017, de 03 de julho de 2017.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor:

I – Para efeitos de progressão funcional constante no art. 8º desta Lei, a partir de 1º de julho de 2022;

II – Para os demais dispositivos a partir de 1º de março de 2022.

Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 2021.

TALES TORRICELLI DE SOUSA COSTA E SILVA  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

## LICITAÇÃO

### RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00032/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00032/2021, que objetiva: Contratação de empresa especializada para realização de um curso para implantação do Serviço de Atenção Domiciliar – SAD em nosso Município com carga Horária mínima de 30H; RATIFICO/ADJUDICO o correspondente procedimento e convoco : CONSULTEC – CONSULTORIA E PRESTACAO DE SERVICOS EM EDUCACAO E SAUDE LTDA - R\$ 4.000,00. Para assinar o termo de contrato, em conformidade com a lei 8666/93, para que surta os efeitos legais.

Brejo do Cruz - PB, 15 de Dezembro de 2021

TALES TORRICELLI DE SOUSA COSTA E SILVA  
Prefeito

**BCPREV – BREJO DO CRUZ PREVIDÊNCIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**Brejo do Cruz, 16 de dezembro de 2021.**

**Portaria Nº 406/2021**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE BREJO DO CRUZ, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de disciplinar os procedimentos de concessão de férias do servidor que compõe o quadro da Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no Capítulo III da Lei Municipal nº 864, de 28 de junho de 2010;

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER 30 dias de férias referentes ao período aquisitivo de 2020 do(a) servidor(a) MARCELO SUASSUNA CARNEIRO matrícula 1653, ocupante do cargo de VIGILANTE, na Secretária Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se e Cumpra-se.

Brejo do Cruz - PB, 16 de dezembro de 2021

MARJORIE JORDANA GARCIA FERNANDES  
Secretaria de Administração

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ  
Rua Sólon de Lucena nº. 10 – Centro  
CNPJ – 08.767.154/0001-15

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei nº. 253/75, de 20 de novembro de 1975.

**BREJO DO CRUZ-PB, QUINTA-FEIRA – 16 DE DEZEMBRO DE 2021**